

Projeto Oásis

Resumo Executivo



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA

Introdução

A Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza é uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Curitiba, Paraná, e atuação em todo o Brasil. Criada em setembro de 1990, tem como missão promover e realizar ações para a conservação da natureza, apoiando projetos de outras organizações, protegendo áreas naturais próprias, disseminando conhecimento e sensibilizando a sociedade para que a conservação seja reconhecida como uma das causas mais relevantes para o mundo, uma vez que por meio dela é que se manterão os ciclos ecológicos fundamentais para a vida no planeta.

Desde a sua criação, apoiou 1.266 projetos de conservação da natureza desenvolvidos por quase 400 instituições em todo o Brasil. A instituição também protege cerca de 11 mil hectares de Mata Atlântica e Cerrado, dois dos biomas mais ameaçados no Brasil, por meio de suas duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs): a Reserva Natural Salto Morato, localizada em Guaraqueçaba (PR), e a Reserva Natural Serra do Tombador, em Cavalcante (GO).

Com a visão de sensibilizar a sociedade brasileira para a conservação da natureza, a Fundação Grupo Boticário está estruturada para atuar com eficiência em conservação, alavancando suas reservas particulares para que estas sejam referência em conservação e como agente influenciador, garantindo que suas iniciativas promovam e impulsionem a ação de terceiros. Nesse contexto, a Fundação Grupo Boticário propôs-se a desenvolver um mecanismo econômico de conservação de terras privadas, incentivando proprietários particulares de terra a conservarem suas áreas naturais por meio da implantação de um mecanismo de pagamento por serviços ambientais (PSA), o “Projeto Oásis São Paulo”.

Este projeto visa à conservação das áreas naturais e sua biodiversidade, à produção de água e ao incremento de renda dos proprietários de terra envolvidos. Tem o propósito também de estimular a criação de leis municipais e estaduais de PSA, regulamentando o mecanismo e possibilitando ações de longo prazo, como, por exemplo, o estímulo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

A metodologia adotada pelo projeto, inédita no país, foi desenvolvida pela própria Fundação Grupo Boticário, que iniciou os trabalhos com o tema em 2003, quando ainda não existia nenhum projeto implantado no Brasil com mecanismo de PSA focado em recursos hídricos.

Expansão do Projeto Oásis

Desde o início do Projeto Oásis em São Paulo, a intenção da Fundação Grupo Boticário foi disseminar o mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais pelo país, estimulando o poder público e outras instituições a investirem em iniciativas



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA

similares, ampliando as ações voltadas para a conservação da natureza e fortalecendo o PSA no Brasil.

Em 2009, o Projeto Oásis foi implantado no município de Apucarana-PR, por iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo (SEMATUR) com o apoio técnico da Fundação Grupo Boticário. Os recursos para a premiação são provenientes de um fundo municipal de meio ambiente mantido principalmente com recursos do ICMS ecológico da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), principal beneficiária dos serviços ambientais, a qual repassa 1% da sua arrecadação no município para o fundo.

Por se tratar de uma região com características socioambientais distintas de São Paulo, o método de valoração dos serviços ambientais foi adaptado, contemplando, no cálculo, práticas de manejo agrícola que contribuem para a conservação do solo e dos recursos hídricos.

A adaptação do modelo de valoração chamou a atenção de outros municípios do Brasil, como é o caso de São Bento do Sul, em Santa Catarina, que em 2011 firmou uma parceria com a Fundação Grupo Boticário para o lançamento do Projeto Oásis São Bento do Sul: Produtor de Água do Rio Vermelho.

Em função da crescente demanda, identificou-se a necessidade de padronização do modelo de valoração a ser adotado nos novos municípios. Desta forma, o projeto passou por uma fase de revisão e avaliação metodológica, a qual resultou em um novo modelo mais flexível, capaz de atender a diferentes realidades sociais, econômicas e ambientais em todo o Brasil.

Além de uma nova fórmula de cálculo para a valoração ambiental das propriedades, foi desenvolvido um **sistema informatizado de gerenciamento online**, chamado **SISOASIS** bem como um manual de implantação que auxilia as instituições parceiras a planejar e estruturar seus projetos locais, definir o cálculo de valoração ambiental, selecionar proprietários, monitorar e avaliar os resultados, além de buscar possíveis opções de fonte de recursos. Esta nova fase do projeto, denominado Projeto Oásis Brasil contou, em 2011, na sua fase de estruturação, com o patrocínio do Instituto HSBC Solidariedade.

A metodologia, o sistema e o manual de implantação serão repassados gratuitamente para as entidades - prefeituras, comitês de bacias hidrográficas, consórcios, empresas, ONGs, entre outras - que se comprometam a implantar o projeto em parceria com a Fundação Grupo Boticário, a qual orientará e acompanhará o processo de implantação, incumbindo aos executores a busca de fontes financiadoras para viabilização do projeto e pagamento das premiações financeiras aos proprietários de terras.



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA

IMPLANTANDO O PROJETO OÁSIS: passo a passo

As descrições dos processos de planejamento, implantação e monitoramento do Projeto Oásis, bem como os valores e princípios que o norteiam serão descritos abaixo.

Um diferencial importante a ser ressaltado é que o projeto Oásis pode e deve ser configurado à realidade local, considerando a área de implantação, ecossistemas abrangidos, características social e econômica dos atores envolvidos, expectativas dos compradores do serviço ambiental e/ou financiadores do projeto, além das questões pertinentes ao executor do projeto.

São valores do projeto:

- O Projeto Oásis é uma iniciativa de mecanismo de pagamento por serviços ambientais no Brasil, desenvolvida para premiar financeiramente proprietários que conservam suas áreas naturais e de mananciais, e que adotam práticas conservacionistas de uso do solo
- Seu objetivo estimular a conservação de áreas naturais e sua biodiversidade, a produção de água e o incremento de renda de proprietários de terra de diferentes regiões do país, por meio da implantação de um mecanismo de pagamento por serviços ambientais (PSA) em regiões relevantes à conservação da natureza no Brasil.
- São objetivos específicos do projeto: manter e ampliar a cobertura vegetal nativa em áreas estratégicas; incentivar a adoção de práticas conservacionistas de uso do solo; incentivar a restauração ecológica e a recuperação de áreas degradadas; e contribuir para o aumento da quantidade e qualidade da água dos corpos hídricos.

A seguir, são apresentados os principais passos para se planejar a implantação do Projeto Oásis. As etapas não necessitam ser executadas na ordem apresentada, podendo, inclusive, ocorrer simultaneamente.

Definição da área de atuação e áreas prioritárias

Para auxiliar na definição das localidades onde o projeto será iniciado, sugere-se que a área de atuação seja dividida em sub-bacias hidrográficas, que podem ser enquadradas em diferentes níveis de prioridade. Os critérios de definição de áreas prioritárias recomendadas para utilização no Projeto Oásis são:

- Áreas prioritárias para a conservação da natureza (MMA, PROBIO, Programas Estaduais, etc);
- Áreas de mananciais de abastecimento público;
- Entorno de Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral e interior de UCs de uso sustentável;
- Áreas que possibilitem a formação de corredores de biodiversidade entre UCs ou grandes remanescentes de vegetação nativa relevantes para a região;
- Áreas com maior densidade de drenagem (maior densidade de rios e nascentes);
- Áreas com maior cobertura florestal nativa;



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA

- Áreas com menores índices de urbanização;
- Áreas de recarga hídrica;
- Áreas íngremes;
- Bacias hidrográficas com comitês de bacias estabelecidos.

É possível, ainda, utilizar como critério de priorização as características específicas de bacias e sub-bacias hidrográficas, como:

I - prioridade para bacias ou sub-bacias abastecedoras de sistemas públicos de fornecimento de água para consumo humano ou contribuintes de reservatórios;

II - prioridade para diminuição de processos erosivos, redução de sedimentação, aumento da infiltração de água no solo, melhoria da qualidade e quantidade de água, constância do regime de vazão e diminuição da poluição;

III - prioridade para bacias com déficit de cobertura vegetal em áreas de preservação permanentes; e

IV - prioridade para bacia hidrográfica onde esteja implementado algum instrumentos de gestão previsto.

Caracterização dos provedores dos serviços

A caracterização da região de atuação do projeto é o passo inicial não só para caracterização dos provedores dos serviços ambientais, mas também porque subsidiará a tarefa de construção da linha de base do projeto.

O fornecimento do serviço ambiental ocorre por meio de proprietários de terras (provedores) voluntários comprometidos com ações de conservação dos recursos hídricos, proteção das áreas naturais, do manejo dos recursos, da adoção de práticas conservacionistas de uso do solo em suas áreas de produção agrícola, restauração de áreas degradadas, formação de corredores de biodiversidade, dentre outros.

Nessa etapa, são levantadas informações gerais como renda média por propriedade, estado de conservação dos recursos hídricos, áreas naturais mais conservadas, áreas naturais mais ameaçadas, principais cultivos da região, enfim, a caracterização do uso do solo de maneira geral na área de atuação do projeto.

Se possível, é desejável que sejam realizados levantamentos rápidos de campo para se conhecer as demandas e expectativas dos proprietários de terras, principalmente em relação a serviços ambientais e projetos de conservação da natureza. Com isso, será possível identificar o valor do arrendamento da terra (custo de oportunidade) e interesse de um possível engajamento em projeto de PSA.

Em resumo, o que deve ser levantado nesta etapa é quem são e o que fazem os provedores dos serviços ambientais nas suas propriedades.

Fontes de Financiamento

Uma vez definidos os serviços ambientais e quem os proverá, inicia-se a prospecção de seus potenciais compradores. Sugere-se que seja levantado quem são os



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA

beneficiários diretos de qualquer ação de manutenção e melhoria dos serviços ambientais produzidos na área de atuação do projeto, que, no caso do Projeto Oásis, são a água e demais serviços associados.

Nesse processo de levantamento, é aconselhável envolver a companhia de água e abastecimento da região. Na condição de beneficiária, se não for uma financiadora, ela pode ser parceira técnica, contribuindo na execução de algumas das fases do projeto.

A vantagem de se envolver os beneficiários diretos é a possibilidade de manter um sistema permanente e duradouro, evitando evasão por parte tanto da fonte financiadora quanto dos proprietários, garantindo a conservação das áreas naturais e dos serviços ambientais em longo prazo.

Vale destacar também a importância de se realizar articulação com os Comitês de Bacias Hidrográficas, que têm como principais competências: aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia; arbitrar conflitos pelo uso da água, em primeira instância administrativa; estabelecer mecanismos e sugerir os valores da cobrança pelo uso da água; entre outros. Como os comitês recebem recursos pela cobrança pelo uso da água, alguns já revertem parte desses recursos para o estabelecimento de projetos de PSA em suas bacias hidrográficas.

Algumas experiências de PSA têm obtido sucesso na sensibilização da população urbana para que esta contribua com aporte de recursos ao fundo de PSA, pagando uma taxa que vem discriminada na conta de água ou luz. Para isso ser viabilizado, são necessários alguns acordos com o poder público e a empresa responsável pela cobrança do serviço de água ou energia. É uma oportunidade de chamar a atenção da sociedade para o reconhecimento dos serviços ambientais que as áreas naturais prestam para os centros urbanos.

Cada executor de projeto tem autonomia para identificar o máximo de potenciais fontes de recursos para viabilizar os PSAs. Se todos estiverem de acordo com os serviços prestados e o valor a ser pago, a iniciativa é válida.

Arranjo institucional

O arranjo institucional é o conjunto de instituições que atuem diretamente na gestão do projeto. O arranjo institucional para a execução do Projeto Oásis deve ter, minimamente, uma Instituição Executora, uma Entidade Pagadora, Propriedades cadastradas e a Fundação Grupo Boticário (referencial técnico). A importância de um arranjo institucional com parceiros locais deve-se ao fato de que são estas instituições que melhor conhecem e compreendem a realidade local e, portanto, estão aptas a configurar a metodologia de forma a atender as características sociais, econômicas e ambientais da região.



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA

A clareza do papel de cada parceiro é um fator importante para o sucesso do projeto e essas relações são oficializadas por meio de termo de compromisso, termo de cooperação técnica, convênio, termo de parceria ou outro documento semelhante. O Projeto Oásis tem modelos de minutas de alguns desses documentos, que são disponibilizados para os parceiros, facilitando o processo.

Esse é o modelo de arranjo institucional indicado para ser utilizado no Projeto Oásis (Figura 1), sendo que poderão ocorrer adaptações de acordo com os atores locais de cada iniciativa.



Figura 1: Modelo de arranjo institucional estabelecido no Projeto Oásis

Pré-requisitos para participação

A Fundação Grupo Boticário estabeleceu os pré-requisitos mínimos exigidos para proprietários e propriedades participarem do Projeto Oásis, que podem ser complementados de acordo com leis locais e expectativas do parceiro executor.

Entre os pré-requisitos minimamente elegíveis para participação no Projeto Oásis, as propriedades precisam:

- Possuir área natural preservada ou com potencial de ser restaurada;
- Estar total ou parcialmente inserida na área geográfica de execução do projeto, estabelecida pelo parceiro local;
- Atender à legislação ambiental federal, estadual e municipal. Caso contrário, o proprietário precisa possuir termo de compromisso de adequação ambiental assinado com os órgãos competentes, condicionado ao recebimento da premiação;
- Apresentar documentos que habilitam o proprietário/possuidor da área (aquele que está usando a terra).



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA

Critérios de priorização

Os critérios devem ser estabelecidos com base em dados e informações técnicas, priorizando aqueles que irão contribuir diretamente para que o projeto alcance seus objetivos.

Após o estabelecimento da região de atuação do projeto e a delimitação de áreas prioritárias, são definidas quais características das propriedades e/ou dos proprietários serão consideradas, e com que peso, para estabelecer um ranking de pontuação. Por exemplo, o projeto pode decidir iniciar suas atividades pelas propriedades que apresentem uma ou mais das seguintes características:

- Reserva legal averbada;
- Área natural conservada;
- Prática de agricultura orgânica certificada;
- Menor renda;
- Proximidade com cursos hídricos;
- Número de nascentes;
- Agricultura familiar;
- Participação em outros projetos já desenvolvidos.

Esses são só alguns exemplos de critérios a serem utilizados nessa etapa do projeto. Os executores podem definir outros, em conjunto com a Fundação Grupo Boticário, sendo aconselhável a utilização de um grupo de critérios para estabelecer prioridades de contratação, pois apenas um ou dois critérios não são suficientes para estabelecer um ranking das propriedades.

Marco legal

Um dos pontos a ser analisado na implantação do Projeto Oásis é a necessidade da criação de mecanismos legais para possibilitar sua execução, principalmente no que diz respeito ao repasse das premiações aos contratados. Essa questão é importante, pois garante a legalidade dos repasses, dando transparência ao processo.

Em geral, os dois principais fatores que definem a necessidade da criação desses mecanismos legais serão a origem dos recursos para premiação e o caráter da entidade executora. Cada situação exige um arcabouço legal específico, sendo que outros dispensam essa necessidade. Quando o projeto envolve recursos públicos, a criação de leis e decretos é imprescindível para viabilizar e garantir o repasse desses recursos a particulares.

Nas situações que exijam leis específicas, o desejado é que a entidade executora participe de fóruns, comitês e conselhos que discutam a temática e formulem políticas públicas. Essa é uma forma, inclusive, de contribuir para atingir um dos objetivos do Projeto Oásis, que é influenciar políticas públicas no local e região onde está implantado, buscando o fortalecimento do mecanismo de PSA e das iniciativas de proteção da biodiversidade.



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA

Chamada para o projeto e cadastramento inicial

Um dos grandes desafios iniciais de um mecanismo de PSA é a adesão dos proprietários de terras ao projeto, ressaltando a característica de voluntariedade dos proprietários que é uma das principais diferenciações do PSA de outros mecanismos, demonstrando que PSA não é compulsório, mas sim uma estrutura negociada, e pressupõe que potenciais provedores têm alternativas de uso do solo. Os cadastros e contratações somente serão realizados a partir da voluntariedade do proprietário e seguindo os requisitos mínimos estipulados de comum acordo entre os parceiros do projeto.

Cada executor pode achar os meios mais adequados de divulgação, de acordo com as características da(s) comunidade(s) a ser envolvida(s), mas de maneira geral ela pode ser feita por meio de:

- Cartazes, chamadas em rádios e outros meios de comunicação impresso, como por exemplo, jornal do bairro ou vila;
- Apresentação oral em associação de moradores, igrejas, cooperativas, envolvendo lideranças locais;
- Visitas às propriedades;
- Lançamento de edital para cadastramento.

Após a divulgação, será realizado um pré-cadastro inicial simples dos proprietários interessados, contendo apenas algumas informações iniciais para verificar os pré-requisitos estabelecidos pelo projeto. Isso permite verificar quem está elegível ou não para esta primeira etapa e quem necessita de orientação técnica para adequar a sua propriedade, em uma possível segunda chamada de contratação.

O cadastro completo que gerará o contrato com o proprietário, em que são descritos o valor da premiação, metas de compromisso e melhorias necessárias, é feito num segundo momento e apenas com os proprietários que atenderam aos pré-requisitos.

Valoração dos serviços ambientais

A valoração é o processo em que se estabelece o preço dos serviços ambientais prestados. A metodologia do Projeto Oásis não tem como objetivo, puramente, a valoração do serviço ambiental, mas sim incentivar os proprietários rurais a modificarem a maneira de uso da terra quando essas não estiverem em consonância com as práticas conservacionistas.

A metodologia de cálculo que foi elaborada para o sistema de PSA do Projeto Oásis é uma fórmula-padrão que poderá ser facilmente utilizada em diferentes regiões do Brasil. Ela é configurada com as características de cada localidade, de acordo com os fatores que contribuem para o fornecimento dos serviços ambientais selecionados para cada projeto.



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA

Fica a critério dos responsáveis pela execução do projeto, juntamente com a Fundação Grupo Boticário, a definição dos parâmetros e das especificações finais da metodologia. Por exemplo, um município com maior vocação agrícola pode optar por detalhar os critérios que compõe as práticas agrícolas, enquanto outro pode optar por detalhar as questões hídricas relacionadas à propriedade.

O CÁLCULO

O Projeto Oásis Brasil prevê a contratação apenas das áreas naturais a serem conservadas e das áreas que serão destinadas a restauração. Porém, para calcular o valor a ser pago para cada hectare destinado ao projeto, são considerados o custo de oportunidade, além de diversos aspectos naturais e de manejo de toda a área da propriedade, e não apenas das áreas naturais. Esses aspectos são organizados e avaliados em quatro Notas: Qualidade Hídrica, Qualidade da Conservação, Qualidade Agrícola e Gestão da Propriedade.

Elaboração da linha de base

A elaboração da linha de base é uma atividade feita em dois níveis: regional (bacia hidrográfica) e local (propriedade a ser contratada). Em ambos os casos, a linha de base é um documento em que constam as informações referentes às características físicas e biológicas de uma determinada área a ser objeto de um ou mais contratos de premiação por serviços ambientais, no momento em que se assina o contrato. Ela será utilizada como referência para as atividades de monitoramento, que verificarão se os serviços ambientais contratados estão sendo de fato fornecidos e se as metas acordadas em contrato estão sendo cumpridas.

Tratando-se especificamente da propriedade a ser contratada, a construção da linha de base compreende três etapas principais: 1) mapeamento da propriedade; 2) diagnóstico ambiental da propriedade; e 3) elaboração da linha de base.

Contratação

Contrato é o documento que oficializa as obrigações das partes no processo de premiação por serviços ambientais, especificando direitos e deveres de pagadores e provedores dos serviços. É o documento que oficializa o valor a ser pago pelos serviços e as condições para que isso aconteça, e estabelece cronograma, metas e fatores que podem anular o documento.

O Projeto Oásis dispõe de modelo de contrato a ser estabelecido com os proprietários de terra provedores dos serviços ambientais e este documento é chamado de **CONTRATO DE PREMIAÇÃO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS**. O modelo foi criado para contemplar todos os pré-requisitos de um contrato de PSA e ser, ao mesmo tempo, objetivo e de fácil aplicação e entendimento.

A orientação é que os contratos do Projeto Oásis tenham duração prevista de no mínimo quatro anos, passíveis de renovações pelo mesmo período. Esse prazo é indicado para que o projeto gere impactos positivos e significativos à conservação de áreas naturais e também permitir ao proprietário planejar maiores investimentos na manutenção e melhoria do manejo da propriedade.

Fluxo resumido da elaboração de contratos:

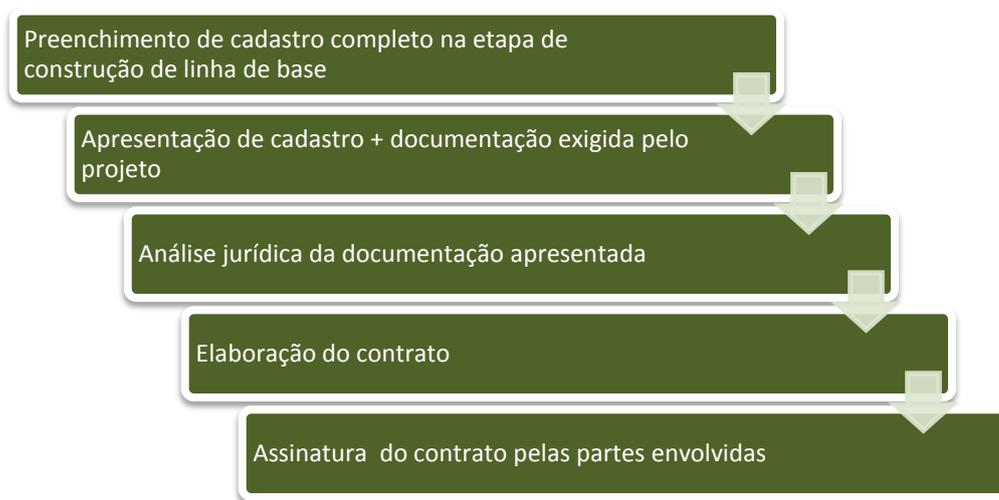


Figura 2: Fluxo de elaboração de contratos de PSA

Monitoramento das propriedades

O monitoramento das propriedades tem como principal objetivo verificar o cumprimento dos acordos estabelecidos nos contratos, ou seja, se o provedor dos serviços ambientais está cumprindo seu papel e realizando as atividades previstas. Isso reforça o caráter de condicionalidade do PSA, em que o pagamento é efetuado somente se houver comprovação de que o serviço foi fornecido.

O monitoramento das propriedades é composto pelas seguintes etapas:

- Estabelecimento de cronograma de monitoramento;
- Agendamento com proprietários;
- Verificação dos contratos e metas estabelecidas por propriedade;
- Impressão da planilha de monitoramento;
- Visita a propriedade;
- Elaboração de relatório e lançamento das informações no sistema;
- Premiações.

SisOASIS

Durante a execução do Projeto Oásis, os profissionais das entidades executoras do Projeto Oásis convivem diariamente com uma quantidade de informações muito



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA

grande, tendo a necessidade de efetuar cadastros e cálculos complexos, extrair dados estatísticos dos resultados, além de gerar, imprimir e arquivar documentos.

Para auxiliar na organização, otimização e padronização desses fluxos e nas atividades necessárias à sua execução, a Fundação Grupo Boticário desenvolveu uma ferramenta informatizada que atua como suporte tecnológico ao executor local na gestão técnica e administrativa do Projeto Oásis.

O Sistema Informatizado Projeto Oásis (SisOasis), elaborado pela Plataforma de Colaboração Corporativa Microsoft SharePoint 2010, é um sistema web, ou seja, precisa de um computador conectado à internet para obter acesso ao seu conteúdo por meio de um browser.

O SisOasis é capaz de executar muitas tarefas visando a atender e resolver as demandas mais complexas para execução do Projeto, não se limitando apenas às funções de cadastramento. Seu diferencial é de possibilitar a configuração da metodologia de valoração ambiental para cada projeto de acordo com as características locais. Por isso, existem dois tipos de acesso ao sistema:

O Administrador (analista da Fundação Grupo Boticário) que será responsável por:

- Realizar cadastro inicial de um novo projeto;
- Configurar parâmetros a ser utilizados nas tábuas de cálculo de valoração ambiental das propriedades para cada projeto;
- Disponibilizar conteúdos (artigos, fotos, notícias) no portal de acesso;
- Dar suporte técnico aos usuários, possibilitando a manutenção das funcionalidades do sistema;
- Extrair resultados e estatísticas dos projetos em andamento para divulgação em reuniões, eventos e congressos.

O Usuário (funcionário da instituição executora do projeto - executor local), que possibilitará:

- Acessar informações disponibilizadas pela Fundação Grupo Boticário, inerentes ao tema de pagamento por serviços ambientais e/ou informações relevantes à execução do Projeto Oásis, por meio de um Portal Web exclusivos para os executores do projeto;
- Cadastrar instituições e contatos parceiros do projeto;
- Cadastrar os proprietários das áreas a ser contratadas;
- Gerar lista com ranking de priorização para contratação das propriedades, considerando os critérios a ser definidos conforme a demanda;
- Efetuar o cálculo de valoração ambiental das propriedades contratadas para geração do valor monetário de premiação ao proprietário;
- Gerar, imprimir e salvar os contratos das propriedades contratadas;
- Imprimir os formulários de campo necessários ao processo de cadastro, contratação e linha de base das propriedades;
- Acessar ambiente de manutenção para edição do modelo de contrato a ser utilizado pelo projeto;
- Cadastrar eventos e reuniões importantes à execução do projeto.



FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO
DE PROTEÇÃO À NATUREZA

As funcionalidades descritas acima possibilitam um fluxo mais confiável e menos burocrático das atividades inerentes à execução do projeto. Contudo, o sistema por si só não elimina o fator humano no processo. É a interação do componente tecnológico com o componente humano que faz com que o sistema tenha utilidade para a instituição. Em outras palavras, é de suma importância o comprometimento, tanto dos gestores quanto dos usuários do projeto, com a alimentação adequada das informações e com a atualização constante dos cadastros.